

PROTOCOLO 01-083645/2020

PARECER Nº 041/2020

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2020
— ANÁLISE DOS ATOS REALIZADOS
NO PROCESSO LICITATÓRIO —
ALIENAÇÃO DE BEM IMÓVEL -
REGULARIDADE CONSTATADA.**

A Comissão Permanente de Licitação – CPL solicita análise acerca da legalidade dos atos executados durante as fases do processo licitatório referente à Concorrência Pública nº 003/2020, cujo objeto é a seleção de interessados na aquisição de imóveis de propriedade da Curitiba S/A.

No que tange a regularidade processual em si, o processo foi devidamente instruído com laudo de avaliação, autorização da Diretoria Executiva, publicação em jornal de circulação e no Diário Oficial. Corretamente utilizada a modalidade prevista para alienação de bem imóvel pela legislação competente.

Do mesmo modo, em atenção ao disposto no Decreto nº 1.644/2009 do Município de Curitiba, às fls. 18 há designação dos servidores Davidson José Moulepes para função de gestor do contrato a ser firmado com o vencedor do certame, no intuito de controlar e verificar o andamento regular da licitação e Marcus Vinicius dos Santos como seu suplente.

O Edital de Concorrência Pública nº. 003/2020 foi devidamente publicado em jornais de grande circulação do Estado, conforme comprova cópias de fls. 69/70, atendendo todos os requisitos do art. 21 e seus incisos, da Lei 8.666/93, principalmente no tocante a indicação do local em que os interessados poderiam ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação, bem como respeitou o prazo legal para a modalidade em questão quanto ao o recebimento das propostas ou da realização do evento.


Aberta a sessão na data e horário designados, a CPL constatou que o Sr. Sérgio Moacir de Oliveira apresentou proposta para os Lote 01, conforme ata acostada às fls. 73, tendo sido julgado habilitado ante ao cumprimento das exigências editalícias, tendo sido considerado vencedor do certame, conforme ata de fls. 81/82.

Portanto, conclui-se que a CPL observou todos os requisitos constantes no art. 38 e seus incisos da Lei em comento, no que se refere à abertura de processo licitatório administrativo, autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização competente, a indicação de seu objeto, inclusive, com a juntada:

- do edital e respectivos anexos,
- comprovantes das publicações, na forma do art. 21 da Lei nº 8.666/93,
- ato de designação da comissão de licitação,
- atas, relatórios e deliberações da Comissão Julgadora,
- pareceres técnicos e jurídico emitidos sobre a licitação e
- minutas de termos de contratos.

Assim, entende essa Supervisão Jurídica que o procedimento cumpriu todas as exigências legais, devendo o presente retornar à Comissão Permanente de Licitação para as providências necessárias.

Curitiba, 05 de outubro de 2020 .



Sandra Regina S. Romaniello
Supervisão Jurídica
OAB-PR 18.190